

Entre o povo e multidão: uma análise das lutas contemporâneas

Rafael Rezende

Introdução

Este trabalho tem como objetivo expor as linhas gerais dos pensamentos de dois dos mais importantes teóricos políticos do final do século XX e início do século XXI, Antonio Negri e Ernesto Laclau, para, em seguida, fazer uma pequena análise do recente ciclo de mobilizações brasileiro. Com a finalidade de melhor compreender a fase de alta intensidade do já citado ciclo, recorreremos preferencialmente aos conceitos de multidão e povo.

Partiremos de delineamento das mais importantes ideias e conceitos propostos pelo italiano e pelo argentino. Por um lado, abordaremos como o trabalho imaterial recompõe o social a partir do investimento produtivo das subjetividades, como a multidão em êxodo se opõe ao Império e, assim, de que forma se organizam as resistências ao atual estágio do capitalismo. Por outro lado, buscaremos entender a formação do povo através da articulação hegemônica, dissecaremos as lógicas da diferença e da equivalência e pensaremos a superação do capitalismo a partir da radicalização democrática.

Ao final, vamos pensar a composição social do recente ciclo de mobilizações vivido no Brasil a partir das teorias de Negri e Laclau. Quem saiu às ruas? O povo, a multidão ou nenhum dos dois? Certamente um movimento complexo como o que vivenciamos dificilmente pode conseguir ser reduzido a qualquer conceptualização, no entanto, trazer o abstrato para o concreto nos parece continuar sendo a melhor maneira de averiguar a aplicabilidade das formulações teóricas.

***Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)**

Negri e o trabalho imaterial

Antonio Negri é um filósofo italiano cuja produção teórica sempre esteve extremamente atrelada a militância política. Nos anos 1960, Negri fez parte do comitê editorial dos *Quaderni Rossi* (Cadernos Vermelhos) onde começou a aprimorar suas ideias apoiando-se no marxismo, mas rompendo com as leituras mais ortodoxas, até então hegemônicas no campo da esquerda revolucionária. Os anos 1970 foram, para Negri, tempos de recrudescimento da luta política, o que, no entanto, não prejudicou sua produção intelectual, mesmo tendo sido preso e exilado. Para além de sua militância e liderança no movimento operaísta (1), o filósofo tornou-se um dos pensadores mais relevantes do autonomismo e ganhou notoriedade mundial, juntamente com seu parceiro Michael Hardt, com a ascensão do ciclo de lutas antiglobalização da virada dos anos 1990 para os anos 2000.

É improvável que se bem compreenda as ideias de Negri sem ao menos ter alguma noção da sua trajetória militante. Talvez o símbolo mais emblemático desse aspecto de sua vida seja a fábrica da Fiat em Turim, onde muitas vezes panfletou na porta: uma linha de montagem que já chegou a empregar mais de uma centena de milhar de operários e que hoje, confirmando suas teses pós-industriais, não possui um quarto dos operários que já teve em seus tempos áureos. O filósofo italiano observou com atenção as mudanças pelas quais passava o mundo do trabalho e as organizações operárias para formular aquela que seria a base de todo o seu pensamento: a centralidade do trabalho vivo, e por consequência, a produção de novas subjetividades advindas dessa recomposição social.

Sem mais delongas, adiantaremos que, ao nosso ver, a passagem para a hegemonia do trabalho imaterial é a tendência central do atual estágio da modernidade, segundo Negri. A partir desta proposição, o filósofo desenvolverá todo o seu escopo de ideias que vão desde a defesa da atualidade pós-moderna até formação imperial do sistema internacional. Mas o que é então o trabalho imaterial defendido por Negri e seus pares?

A noção de trabalho imaterial que aqui trabalharemos parte de uma leitura particular, feita por Negri e Lazzarato, sobre alguns trechos nos “fragmentos sobre as máquinas”, dos *Grundrisse*, onde Karl Marx explora o que chama de *general intellect*. Nele, Marx afirma que o conhecimento social geral se tornou uma força

produtiva que acaba por também exercer controle sobre a vida social (2). Para Negri e Lazaratto, essa força produtiva, ela própria carregada de subjetividades - a saber: conhecimento, comunicação e afetos - tem se tornado hegemônica no capitalismo global através de um movimento tendencial extremamente conectado com atividades de pesquisa, redes informáticas e telemáticas (3).

Se compreendermos trabalho enquanto produção de valor, podemos observar que, nos dias atuais, essa produção é, também, produção retroalimentada de subjetividades. Com isso, queremos afirmar não só que as subjetividades passam a ter um papel crucial na geração de valor, como que “o trabalho imaterial tende a sair do mundo limitado do terreno estritamente econômico, envolvendo-se na produção e na reprodução geral da sociedade como um todo” (4). O que não nos parece muito claro em nenhuma parte do conjunto bibliográfico do autor é como esse processo aparentemente dialético entre produção da vida e subjetividades ocorre, uma vez que no materialismo defendido por Negri não há dialética.

Outra característica da hegemonia do trabalho imaterial, proposta por Negri, da qual não podemos nos esgueirar, é o seu caráter biopolítico. Afirma-lo significa compreender que, como dito alhures, ele já não se limita mais ao econômico e é produtor de vida. Sua organização em redes, geralmente colaborativas, é produto e produção de viveres, saberes e sentimentos. A mobilização dos afetos encontra aqui a sua potência criativa de formação do social. Trata-se também de um rompimento com o estruturalismo mecanicista que por muito reinou entre os marxistas e agora já não é mais capaz de dar respostas a um mundo no qual trabalho e vida se conectam de forma quase necessária.

Não menos importante é a afirmação de que o valor produzido pelo trabalho, atividade específica socialmente reconhecida como produtora de valor, é historicamente móvel e definida através da contestação (5). Ora, isto nada mais é do que a indicação de que classe e suas lutas antecedem ao capital. Negri ainda vai além:

(...) poderia ficar a impressão de que as estratégias de contra insurgências determinam a maneira como evoluem as formas de insurgência. Na realidade, como a própria nomenclatura indica, é exatamente o contrário que acontece. (6)

Vimos então que, para Negri, a relação entre insurgência e contra insurgência, resistência e trabalho é de tipo co-constitutiva, ou seja, estabelece uma dinâmica própria de construção mútua em uma vinculação conflitiva onde o afeto investido ocupa um papel central. Por afeto podemos entender um fenômeno, que ao contrário das emoções que se referem somente ao primeiro, se conecta com o corpo e a mente na mesma intensidade. A importância desse aspecto para a contemporaneidade reside justamente no investimento físico e mental do ser humano na composição de uma ordem biopolítica onde “as distinções tradicionais entre o econômico, o político, o social e o cultural tonam-se cada vez menos claras” (7).

Tendo já constatado que Negri apresenta a passagem a hegemonia do trabalho imaterial, também denominado “trabalho vivo”, de forte aspecto cognitivo e investida afetiva, como uma tendência, é preciso refletir sobre as consequências singulares sobre os diversos terrenos da vida. Começaremos explorando a argumentação que o filósofo italiano faz a respeito de uma suposta passagem à uma era pós-moderna. Em seu livro “O trabalho de Dioniso”, Negri defende que, queramos ou não, presenciamos uma nova era pós moderna “ou seja lá qual for o nome que se queira usar para o período que estamos vivendo” (8). O argumento medular é que, mesmo havendo ainda compartilhando muitas características com o período anterior, o surgimento de novas formas de domínio e exploração, assim como de antagonismos de recusa a elas, caracterizam uma ruptura de era. Estas novas formas de domínio e exploração seriam fruto da passagem da subsunção formal a subsunção real da sociedade ao capital. Com isso, Negri proclama que todas as relações produtivas estão enfim completamente sujeitas à relação capitalista e que elas acabam por permear e definir todas as relações sociais. Entretanto, ao nosso ver, trata-se de uma proposta um tanto quanto dubitável. Será possível que a percepção de consequências das novas formas de relação entre sociedade e capital, ou até mesmo a subsunção de uma no outro, seja suficiente para afirmar um rompimento de era? Não só julgamos insuficiente como defendemos que essas novas formas de relação nada mais são do que uma radicalização de características da própria modernidade em estágio avançado. Tendo em vista que a continuidade do desenrolar de tendências modernas é algo muito mais perceptível

do que o raiar de novas relações, pós-modernas, optamos por não nos alinhar a proposta negriana sobre fim da modernidade.

As profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, agora cada vez mais flexível, móvel e precário, é, segundo Negri, consequência da novíssima hegemonia do trabalho imaterial. Dentre as novas formas de exploração inauguradas neste período, encontra-se a expropriação não somente do valor medido pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, mas também a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo que circula em rede. O mesmo pode ser dito de forma mais simples: a produção de valor já não mais é exclusividade do trabalhador material, o velho operário. Se a produção de valor não mais se restringe ao chão de fábrica e nossas subjetividades são capturadas a todo tempo como meios de geração de valor, realizamos então a famosa aspiração contida no hino da Internacional Socialista: “se nada somos em tal mundo, sejamos tudo ó produtores”.

Partindo da ideia de que a classe é determinada pela luta de classes e que a mesma foi definitivamente redesenhada com a ascensão da hegemonia do trabalho imaterial que expandiu a produção para além dos operários e camponeses, Negri dedicou-se então a construção de uma atualizada concepção de classe que lograsse responder a nova dinâmica produtiva do capitalismo. Para isso, o filósofo recorreu a uma adaptação de um conceito inicialmente proposto por Spinoza: a multidão. A multidão, na qualidade de conceito de classe, é uma tentativa de superar a oposição entre o polo da unidade, associado a Marx e ao seu sujeito único/classe universal, o proletariado, e ao polo da pluralidade, associado ao liberalismo e sua defesa da multiplicidade das classes. Entendendo classe como uma formulação biopolítica, para além de econômica, Negri defende que o entendimento do trabalho “não pode limitar-se ao trabalho assalariado, devendo referir-se às capacidades criativas humanas em toda a sua generalidade” (9). Sendo assim, o pobre não está excluído dessa concepção de classe, pelo contrário, nessa “multiplicidade irreduzível” o seu papel é central.

São duas as propriedades mais centrais da multidão: o poder constituinte e o movimento de êxodo. A primeira refere-se a um poder paradoxalmente absoluto e limitado de criação que nasce da multidão enquanto potência democrática geradora de direitos e é sempre restringido pela juridicização (10):

(...) o poder constituinte é algo totalmente diferente. Ele é uma decisão que emana do processo ontológico e social do trabalho produtivo; é uma forma institucional que desenvolve um conteúdo comum; uma manifestação de força que defende a progressão histórica da emancipação e da libertação; é, em suma, um ato de amor. (11)

Já o êxodo pode ser descrito como movimento incessante da multidão que não reconhece fronteiras e tem como principal atributo a rejeição das soberanias modernas que reduzem o poder constituinte. A multidão, segundo Negri, deveria, portanto, intensificar o êxodo como crise da soberania, imposição de um projeto democrático, resistência ao império e como propriamente forma de poder constituinte que crie as relações e instituições sociais de uma nova sociedade.

Vimos então que a multidão, esse monstro multiforme que é resultado da multiplicação de singularidades irreduzíveis, assume, para o filósofo italiano, a centralidade insurgente de recusa, potência e constituição. Mas, se, como já vimos alhures, a insurgência precede a contra insurgência, quem então cumpre, no pensamento negriano, o papel do outro lado, do poder instituído, da reação? Negri nos dirá que é o império.

Como consequência de uma nova ordem hegemônica, do trabalho imaterial, da constituição de uma ampla e diversa classe dos produtores de baixo, da ação da multidão, surgiu também, não como metáfora e sim como conceito, o império. Em poucas palavras, o império é “o poder supremo que governa o mundo” suspendendo a história e determinando o estado de coisas existente (12). A sua recente ascensão impôs uma nova forma de soberania: imperial, pós-moderna, que desafia a soberania estatal moderna que costumávamos conhecer. O fluxo de pessoas, tecnologias, bens, serviços e capitais já não mais respeita as fronteiras dos Estados-nação e está regido pelos interesses imperiais através das normas e instrumentos legais de coerção que o império produz para valer contratos e resolver conflitos.

A ascensão gradual da ordem imperial significa uma mudança radical no sistema internacional, o qual, segundo Negri e Hardt, está em crise deste Westphalia. Os autores, confrontando as tradicionais teorias do centro e periferia, afirmam que já não é mais possível localizar um centro de poder pois o mesmo se

encontra desterritorializado e descentrado. O poder global, hoje, é fruto da união entre o político e o econômico, que acaba por gerar definições jurídicas de onde são projetadas configurações supranacionais de poder. Nessa renovada dinâmica supranacional do poder que acabamos de apontar, a sociedade civil é engolida pelo Estado e as organizações internacionais e corporações transnacionais acabam por jogar um papel fundamental na condução da ordem. A única resistência possível é a da multidão.

O novo paradigma da ordem, imperial, apresentado como eterno, permanente e necessário, é também um paradigma biopolítico cujo objeto de seu governo é a vida social. Formada não na força mas na capacidade de demonstrar força como algo a serviço do direito e da paz, a ordem imperial captura subjetividades ampliando o domínio dos consensos e reduzindo a política a mera administração. O estado de exceção é, agora, permanente, assim como já apontava Walter Benjamin há pouco menos de um século atrás (13). A sua permanência é justificada pelo apelo a valores essenciais de justiça e se soma as técnicas de policiamento como métodos de organização dos cérebros e corpos. Trata-se de uma operação executada pela máquina imperial, de altíssima tecnologia, virtual, com o propósito de controlar eventos marginais, de organizar para dominar: “o poder, enquanto produz, organiza; enquanto organiza fala e se expressa como autoridade” (14).

Por mais sombria que pareça a visão de Negri sobre a contemporaneidade, algo impossível de se localizar em sua teoria é o sentimento derrotista. O italiano jamais deixa de apontar rotas de fuga para os cenários que se conformam e, no caso, essas rotas devem necessariamente serem traçadas pela multidão que investe seus afetos em movimento de êxodo. À multidão sempre resta a possibilidade de formar um contra império de novas formas democráticas e constituintes através e além do império. É somente na sua potência que residem as capacidades de construção de alternativas globais de superação do império.

Uma vez examinado, percebemos que o materialismo de Negri, sem dialética, sem consciência e sem totalização, pode ser extremamente rico para pensar um mundo que nos apresenta novas configurações de poder, trabalho e política. Ao contrário de Laclau, como veremos adiante, o movimento feito por Negri em negação ao estruturalismo economicista do marxismo ortodoxo não descola a política da economia, pelo contrário, funde as duas em uma dinâmica biopolítica

onde as fronteiras entre as esferas da vida, para usarmos um termo de Habermas, já não mais são perceptíveis. Sua proposição acerca de uma tendência qualitativa a uma hegemonia do trabalho imaterial se apresenta como um interessante caminho para compreendermos um capitalismo renovado onde as lutas saíram das fábricas para tomarem as cidades e os pobres, mulheres, homossexuais, ambientalistas e outros grupos aparecem como sujeitos numa multidão que se faz enquanto potência criativa de um outro mundo possível para além dos marcos do império.

A fraqueza da teoria de Negri, ao nosso ver, reside em dois pontos. O primeiro relativo à sua proposta quase profética sobre a inauguração de uma nova era, pós-moderna. O filósofo parece querer adiantar a morte de uma modernidade que segue, para o bem e para o mal, se desenvolvendo a todo vapor. Mesmo que admitíssemos integralmente o seu argumento sobre a subsunção real da sociedade ao capital, não nos parece possível afirmar que ele seria satisfatório para comprovar a tese sobre a ruptura de era. Provavelmente seria mais prudente pensar a inauguração de um novo ciclo dentro da própria modernidade, uma vez que boa parte dos elementos objetivos e subjetivos pelos quais qualificamos a nossa era enquanto moderna seguem vigorosos mesmo passando por algumas mutações. O segundo ponto questionável na teoria negriana está relacionado com a suposta imanência radical democrática da multidão. Não conseguimos conceber como a multidão, na qualidade de multiplicidade irreduzível, deve necessariamente carregar uma potência constituinte democrática. Imaginamos como deve ter sido duro para os seguidores de Negri, que inicialmente saudaram a multidão que saiu às ruas ucranianas, ter descoberto que boa parte dela carregava consigo demandas nada democráticas.

Laclau e o povo

Ernesto Laclau, teórico político argentino que passou boa parte da vida radicado na Inglaterra, tornou-se mundialmente conhecido pela dura e consistente crítica ao essencialismo, ao monismo jacobino, ao evolucionismo e ao estruturalismo economicista presentes nos campos de estudos marxianos. O que chama atenção é que, ao contrário de tantos críticos do marxismo, Laclau jamais apelou ao liberalismo ou renunciou à sua crença no socialismo como alternativa ao capitalismo. No

entanto, o teórico habilmente logrou pensar a revolução de outro modo: através da radicalização da democracia e de uma articulação hegemônica que transcenda as antes quase sacralizadas fronteiras de classe.

Laclau inicia sua obra mais relevante, “Hegemonia e estratégia socialista”, escrita em conjunto com sua companheira Chantal Mouffe, atacando alguns dos mais notórios marxistas, tanto os por ele considerados ortodoxos quanto os considerados revisionistas, da virada do século XIX para o XX. São eles: Luxemburgo, Kautsky, Plekhanov, Bernstein e Sorel. Em um dos conjuntos de críticas indubitavelmente mais sofisticado do qual o marxismo já foi alvo, Laclau apontou suas baionetas, armadas com uma combinação de novas interpretações sobre categorias formuladas por Gramsci, Althusser, Derrida, Lacan, Kant e Wittgenstein, contra as ultrapassadas - se é que algum dia já foram adequadas - ideias de identidades fixadas, classe universal, necessidade histórica e totalidade.

O ponto pelo qual sugerimos iniciar as observações sobre a teoria de Laclau é a sua tentativa de libertar a política da economia - o último reduto do essencialismo - demonstrando que essa possui dinâmica própria não determinada por nenhuma espécie de estrutura. Liberar a política das amarras economicistas significa ampliar as possibilidades de ação para além dos interesses fixados a priori que supostamente teriam os agentes de acordo com seu posicionamento no sistema produtivo. Com isso, fica exposta uma das rupturas mais explícitas entre Laclau e o marxismo: para o argentino a luta de classes não é o antagonismo primordial da sociedade, ela é apenas um, nem mais, nem menos importante, dos tantos antagonismos presentes na sociedade, como bem veremos adiante.

O pensamento de Laclau parece inicialmente motivado por questionamentos acerca do motivo pelo qual o projeto socialista falhou e o porquê de ele não conseguir se reerguer. O argentino identificou, de forma perspicaz, como questão central, o dogmatismo economicista que reduzia a complexidade social à uma mera posição de classe não permitindo assim que os teóricos interessados na revolução enxergassem a ascensão de novos sujeitos lotados de inéditas “demandas democráticas” (15). Como articular as lutas feministas, ambientalistas, antirracistas e a luta de classes sem que a última se sobreponha as outras já que vimos que o político não deve ser encarado como determinado pelo econômico? É essa a

questão que Laclau tenta responder e o faz através da possibilidade de gerar articulações hegemônicas.

O que é então a articulação hegemônica proposta por Laclau e Mouffe? Primeiramente precisamos compreender que as formações discursivas possuem uma enorme relevância para o pensamento laclauiano. Em “Hegemonia e estratégia socialista” os autores afirmam o caráter material de toda estrutura discursiva e como os elementos linguísticos e não linguísticos constituem um sistema diferencial e estruturado de posições. Devemos, portanto, levar em conta que toda formação discursiva acaba por carregar inúmeras posições de sujeito. Sendo assim, a articulação nada mais é do que o ato de fixar ou deslocar um sistema de diferenças “que deve atravessar todo o espesso material de instituições, rituais, práticas de diversas ordens, através das quais uma formação discursiva se estrutura” (16). Ou, em outras palavras:

(...) chamaremos de articulação toda prática que estabelece uma relação tal entre elementos, que a identidade destes resulta modificada como resultado dessa prática. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória a chamaremos de discurso. Chamaremos de momentos as posições diferenciais enquanto aparecem articuladas no interior de um discurso. (17)

Em seu veemente combate a noção hegeliana de totalidade, Laclau deixa clara a impossibilidade de fechamento do social, o que significa, em última instância, a inexistência da própria sociedade enquanto unidade cerrada. Neste ponto a ideia de antagonismo cumpre um papel central. O antagonismo é, então, parte integrante da sociedade enquanto presença discursiva que impede a formação da objetividade. Laclau e Mouffe nos brindam com dois exemplos: o primeiro, a oposição entre povo e antigo regime, foi, de acordo com os autores, o último exemplo de antagonismo com claras e empíricas linhas de demarcação. O segundo exemplo, formulado como forma de demonstrar os efeitos do processo de complexificação social e geração de novos antagonismos, trata da ascensão dos novos movimentos sociais, geralmente carregados de demandas de reconhecimento relacionadas à identidade. Daniel Mendonça, ao estudar o tema dos antagonismos em Laclau, acrescentara que este último exemplo, por se tratar não de discursos antagônicos e sim de identidades em

busca de reconhecimento, “não representa rigorosamente antagonismo, uma vez que se insere em outra categoria filosófica, a de agonismo” (18).

Em estreita relação com a noção de antagonismo como presença discursiva que impede a totalidade está o conceito de sobredeterminação, este, de inspiração althusseriana. O social, para Laclau, não possui sentido final ou único, está composto por camadas sobredeterminadas e em intenso processo de transmutação não determinada, contingente. Tratamos aqui, portanto, da impossibilidade de fixação de identidades, algo que confronta diretamente a noção clássica de consciência e interesse de classe que outrora a esmagadora maioria dos marxistas propunham. Lukács, por exemplo, ao escrever sobre a herança do pensamento de Lenin, afirma que o proletariado deveria estar “consciente de seus verdadeiros interesses, daquilo que se encontra efetivamente na base de suas ações inconscientes, de seus pensamentos vagos e seus sentimentos confusos” (19). Ora, para Laclau essa afirmação não faz sentido algum, uma vez que ele refuta a economia como determinante das outras esferas da vida e que as identidades e, por conseguinte, os interesses individuais ou coletivos, são cambiantes, flutuantes e não respondem a nenhuma lógica específica, apenas a prática articulatória.

Como pensar a ação política em um mundo cada vez mais fragmentado e que justamente por isso é, como já vimos, um mundo de proliferações de antagonismo, identidades e demandas? Laclau e Mouffe nos dirão que partir das lógicas de equivalência e diferença pode ser de grande valia. A primeira é uma lógica de simplificação do político, como expansão do polo paradigmático e enquanto forma de reduzir o número de posições combinatórias possíveis. Já a segunda é uma lógica de ampliação e complexificação da política por meio do alargamento dos números de posições que podem entrar em uma relação combinatória. É somente através dessa relação de tensionamento entre simplificação e complexificação que é possível a constituição discursiva de qualquer identidade e o estabelecimento de antagonismos.

Em seu polêmico livro “A razão populista”, Laclau acrescenta que a proliferação de identidades gera, dentro da lógica da diferença, uma proliferação de demandas qualificadas como democráticas. Essas demandas, se articuladas pela lógica da equivalência, a partir de um ponto nodal e em torno de um discurso privilegiado, podem então se tornar demandas populares em uma lógica populista

(20). Mas que discurso privilegiado é esse? Trata-se do significante vazio, um “significante sem significado” que logra unificar demandas através da equivalência, articulando assim a construção de uma hegemonia (21). Vejamos:

Hegemonizar algo é exatamente cumprir essa função de preenchimento. (Mencionei a “ordem”, mas obviamente “unidade”, “libertação”, “revolução” etc. pertencem ao mesmo esquema. Qualquer termo que, em certo contexto político, passa a ser o significante da falta realiza a mesma função. A política é possível porque a impossibilidade constitutiva da sociedade só pode representar a si mesma por meio da produção de significantes vazios.) (22)

Laclau ainda irá além, apontando o populismo - conceito esse, na proposta de Laclau, carregado de sentidos bem díspares daqueles propostos até então por outros autores - como uma lógica política, sustentada por intermédio de uma articulação hegemônica, através da qual é possível a mudança social e por isso mesmo antagonica a lógica institucionalista. O populismo pressupõe a construção do povo por meio da inversão dos laços de equivalência que se subordinavam às demandas democráticas para então eles mesmos passarem a reagir sobre elas. Mas, não só dessa inversão é constituído o populismo. Novamente recorreremos a uma citação de Laclau, dessa vez para expor as três dimensões necessárias para elaborar o conceito de populismo:

A unificação de uma pluralidade de demandas numa cadeia de equivalência; a constituição de uma fronteira interna, que divide a sociedade em dois campos; e a consolidação de uma cadeia de equivalência por meio da construção de uma identidade popular que é algo quantitativamente maior do que a simples soma dos laços de equivalência (23)

Pois bem, vimos então - mesmo sem atingir a profundidade devida por conta da longa discussão que a temática exigiria - que Laclau trata de destroçar certos dogmas do marxismo e iniciar a fundação dos alicerces de uma nova estrutura (pós-estruturalista!) de interpretação do político e do social onde o discurso, longe de ser apenas mais um elemento analítico, torna-se o centro da construção das cadeias

através das quais o social se forja enquanto tal. Se por um lado o contingencialismo da sua teoria não o permite apresentar tendências de desenvolvimento da modernidade, como bem faz Negri, por outro a lógica política que apresenta nos ajuda imensamente a pensar as dinâmicas atuais de mobilização social e disputa política.

Um breve olhar sobre o recente ciclo de mobilizações no Brasil

Para pensar as recentes mobilizações de massa ocorridas no Brasil, nos é conveniente utilizar a análise cíclica proposta por Tarrow (24). Muito se viu, muito se falou, pouco se formulou. Certamente não é nossa intenção apresentar uma análise profunda sobre todo o conjunto de continuidades e rupturas políticas e sociais experimentadas nos recentes anos. Nos limitaremos a tentar responder o seguinte questionamento: quem foi às ruas durante o atual ciclo de mobilizações?

Mal haviam começado as mobilizações de mais alta intensidade do presente ciclo e alguns dos seguidores de Antonio Negri já se adiantavam na afirmação de que a multidão ocupara as praças e ruas. No entanto, será que foi bem assim? Ao nosso ver trata-se uma avaliação extremamente precoce. Se por um lado, como bem afirma Bringel, “o levante de junho e as subseqüentes redes submersas que hoje estão sendo construídas em todo o Brasil retomam uma matriz mais libertária e autônoma”, (25) por outro, elementos conservadores e protofascistas também emergiram no discurso e nas práticas de uma parte dos manifestantes, especialmente aqueles que participaram das manifestações de março de 2015. Por mais que, assim como afirmamos alhures, para Negri, a multidão é composta de singularidades irreduzíveis, vimos também que, para ele, o poder constituinte que emana da multidão é necessariamente uma potência democrática, o que nada se adequa a emergência de discursos conservadores.

Mesmo aceitando que o conceito de multidão não é exatamente o mais adequado para decifrar o enigma sobre quem saiu às ruas nos últimos três anos, assumimos que muitas das propostas de Negri são de grande valia para problematizar as causas e conseqüências desse ciclo de mobilização social. É

inegável, por exemplo, o alto investimento de subjetividades presentes e produzidas na mobilização social e a captura delas pelo capital como forma de gerar valor. Alguns meses após as maiores manifestações não era difícil encontrar vitrines exibindo roupas inspiradas pela vestimenta dos adeptos da tática *black bloc*, esta, amplamente utilizada em alguns protestos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Se o pensamento negriano possui interessantes contribuições para analisar o recente ciclo de mobilizações mas não responde nosso questionamento acerca de quem foi às ruas, o pensamento de Laclau nos parece certo nesse sentido. A noção de povo apresentada por Laclau, justamente por ultrapassar os limites de classe e a ideia de identidades não prefixadas, se adequa perfeitamente a uma situação como a que aqui estamos descrevendo. Desde 2013, vemos nas ruas pessoas de todas as classes, cores, orientações políticas e sexuais: uma multiplicidade de posições discursivas que flutuaram para inúmeras localizações e produziram uma vasta quantidade de demandas democráticas.

Uma vez tendo apontado que a noção de povo apresentada por Laclau é a que melhor se encaixa a realidade do recente ciclo de manifestações, devemos questionar se ela realmente o faz integralmente. Ao nosso ver, não. Isso porque não houve a produção de um significante vazio que lograsse articular a pluralidade de demandas numa cadeia de equivalência que elevasse a plebe ao status de *populos*. A inexistência de uma articulação hegemônica mais consistente, tanto à esquerda quanto à direita, fez com que a lógica da diferença se sobrepujasse a lógica da equivalência tendo conformado assim um cenário extremamente fragmentado de demandas e lutas democráticas que pouco dialogaram entre si.

Não nos estranharia algum questionamento acerca das mais recentes mobilizações do atual ciclo e seu caráter mais unificado em torno da oposição ao governo federal, ao partido que lidera a coalizão governante e a qualquer símbolo ou representação de esquerda. Seria o antipetismo um significante vazio? Provavelmente, mas, para nós, ele ainda não encerrou o processo de constituição enquanto tal. Com isso, queremos dizer que sim o antipetismo vem sendo construído enquanto significante vazio que pretende consolidar equivalências e ser a base de uma lógica populista de direita. No entanto, não nos parece que esse processo esteja completo, pelo contrário, a nova configuração do velho antagonismo que

pretende organizar centralmente a política brasileira ainda está sendo lentamente estabelecida e reserva consigo muitas possibilidades.

Conclusão

Este artigo se encerra apresentando mais questionamentos do que conclusões e, ao contrário do que possa parecer, isso nos soa mais interessante do que a óbvia edificação de respostas cerradas para perguntas abertas. Na primeira parte apresentamos as linhas gerais do pensamento negriano, apontando seus limites e possibilidades, destacando como ideia central a hegemonia do trabalho imaterial. A partir da proposta de que há uma tendência do trabalho imaterial se tornar hegemônico como produção de valor e reprodução da vida, partimos para as consequências dessa tendência: a ascensão de uma era pós moderna, a formação da multidão enquanto conceito de classe, a inauguração da soberania imperial em substituição a soberania moderna e o êxodo como resistência da multidão.

Também percorremos os caminhos propostos por Ernesto Laclau em sua teoria do discurso para verificar que sua teoria não possui nenhum apontamento de tendência de desenvolvimento da modernidade. O que Laclau fez, de forma bastante lúcida, foi observar a formação de lógicas políticas que organizam a ação coletiva na contemporaneidade. Observamos que sua ideia de articulação hegemônica de uma lógica populista corresponde, com sofisticação, a realidade política de uma atualidade social fragmentada e dispersa e que através das lógicas de diferença e equivalência pode ser bem analisada e compreendida.

Por fim, utilizamos o recém-inaugurado ciclo de mobilizações sociais para avaliar as propostas de Negri e Laclau sobre os atores protagonistas dessas lutas sociais. Percebemos que apesar do conceito de multidão aparentar conseguir responder a complexificação pelo qual passa o campo social, ele carrega contradições, especialmente localizadas no fato da multidão necessariamente imanar um tipo especial de potência democrática.

Em suma, tratamos aqui de explorar o pensamento de dois dos mais notórios teóricos da contemporaneidade com o intuito de desvendar suas contribuições para

a interpretação de um mundo cada vez mais complexo onde o político, o econômico e o social já não mais respondem as conceituações promovidas por uma parte da sociologia que parou no tempo. Negri e Laclau certamente não estão incluídos neste grupo uma vez que jamais deixaram de inovar, repensar e reformular a partir de um profundo conhecimento do trabalho dos que os antecederam. Em momento algum tentamos esconder que, ao nosso ver, o escopo teórico de Laclau nos ajudou mais a pensar os amiúdes da política numa modernidade em estágio avançado. Por outro lado, mesmo descartando o conceito de multidão como chave explicativa da organização dos atores sociais contemporâneos, reconhecemos a sofisticação e as contribuições de Negri enquanto filósofo político interessado em promover uma teoria extremamente original e que muitas vezes responde as mudanças pelas quais o mundo passou nas últimas décadas.

Bibliografia

- ¹ TRONTI, Mario. *Our operaismo*. Disponível em: <http://newleftreview.org/II/73/mario-tronti-our-operaismo>
- ² MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2011.
- ³ LAZZARATO, Maurizio; NEGRI Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina editora. 2013.
- ⁴ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ⁵ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *O trabalho de Dioniso: para a crítica ao Estado pós moderno*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF. 2004.
- ⁶ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ⁷ Idem.
- ⁸ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *O trabalho de Dioniso: para a crítica ao Estado pós moderno*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF. 2004.
- ⁹ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ¹⁰ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. DP&A: Rio de Janeiro, 2002.

- ¹¹ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ¹² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 2ªed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ¹³ BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- ¹⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 2ªed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ¹⁵ LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- ¹⁶ LACLAU, Ernesto; CHANTAL, Mouffe. *Hegemonía y estrategia socialista:ua radicalización de la democracia*. 3ªed. Buenos Aires:Fondo de Cultura Economica, 2010. Tradução livre.
- ¹⁷ Idem.
- ¹⁸ MENDONÇA, Daniel de. *A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso*. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2003, n.20 [cited 2015-07-13], pp. 135-145 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100011&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1678-9873. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000100011>.
- ¹⁹ LUKÁCS, Gyorgy. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ²⁰ LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- ²¹ LACLAU, Ernesto. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- ²² Idem.
- ²³ LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- ²⁴ TARROW, S. *Struggle, poitics and reform:collective action, social movements and cycles of protest*. Western Societies Program, Ocasional Paper, N21, 2ªed. Center for International Studies. Ithaca: Cornell University, 1991.
- ²⁵ BRINGEL, Breno. *Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013*. Insight Inteligência. Rio de Janeiro, 2013.